

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Vinicius Maciel Braz

AMÉRICA LATINA – CONSTELAÇÃO DE SATÉLITES SUBORDINADOS AO IMPERIALISMO

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso). Orientador: Gilberto Felisberto Vasconcellos

Juiz de Fora
2019

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, Vinicius Maciel Braz, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201672034A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado AMÉRICA LATINA – CONSTELAÇÃO DE SATÉLITES SUBORDINADOS AO IMPERIALISMO, desenvolvido durante o período de 05/08 a 26/11/2019 sob a orientação de Gilberto Felisberto Vasconcellos, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, ____ de _____ de _____.

Vinicius Maciel Braz

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou () 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

AMÉRICA LATINA – CONSTELAÇÃO DE SATÉLITES SUBORDINADOS AO IMPERIALISMO

Vinicius Maciel Braz

RESUMO:

Este trabalho busca através da comparação entre os artigos *El Desarrollo del Subdesarrollo*, de Andre Gunder Frank, e *Dialética da Dependência*, de Ruy Mauro Marini, compreender o que esses autores entendem por subdesenvolvimento e os mecanismos que garantem sua reprodução, o que os autores chamam de “desenvolvimento do subdesenvolvimento”. Se buscará uma compreensão totalizante e que leve em conta a história e a posição específica que a América Latina ocupa na divisão internacional do trabalho. O artigo pretende apresentar as continuidades que existem entre os pensamentos dos autores e as diferenças que possam existir na compreensão que eles possuem sobre o tema.

PALAVRAS-CHAVE: Marini, Frank, Dependência, subdesenvolvimento.

Gigantes da Dependência Eclipsados pelo “Príncipe”

A teoria da dependência surge na década de 60 como um esforço teórico que busca compreender a formação histórica e o atraso da América Latina de acordo com a posição submissa que esta sempre ocupou na divisão internacional do trabalho. Tratava, portanto, o subdesenvolvimento do continente como resultado de sua integração ao mercado capitalista mundial.

Embalada pela Revolução Cubana de 1959, que escancarou para todo movimento comunista internacional a possibilidade de revolução socialista na periferia, a teoria marxista da dependência rompe com as teses até então hegemônicas dentro do Partidão e da Terceira Internacional. Desmontam a noção de que o desenvolvimento capitalista se dava em etapas e com as teses de que o atraso se devia a “resquícios feudais”.

De acordo com os autores da teoria da dependência, não podemos experimentar um desenvolvimento semelhante ao dos países desenvolvidos, uma vez que as relações sociais desiguais a nível internacional que produziram o desenvolvimento também produziram o subdesenvolvimento. Assim, fica claro que a América Latina tem um desenvolvimento econômico orientado para fora, o que acarreta em uma penúria sem fim para os povos latino-americanos marginalizados.

Salta aos olhos a semelhança entre a teoria marxista da dependência e a formulação do “desenvolvimento desigual e combinado”, de Leon Trotsky. As duas tratam do desenvolvimento em sua totalidade, analisando o moderno e o atrasado como contraditórios que estão articulados dentro da divisão internacional do trabalho (caráter combinado). Desigual porque o desenvolvimento do pólo subdesenvolvido e do pólo desenvolvido se dão em ritmos diferentes e um tem seu desenvolvimento prejudicado em benefício do outro.

“Ligando todos os países entre si pelo seu modo de produção e seu comércio, o capitalismo fez do mundo inteiro um só organismo econômico e político” (TROTSKY, 1905).

“A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do processus histórico, evidencia-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de lei do desenvolvimento combinado, que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas.” (TROTSKY, [1930] 2017, p. 34)

[...] parece haver uma relação entre a teoria da revolução permanente e o modelo de desenvolvimento capitalista de subdesenvolvimento, o que reflete uma versão importante da teoria da dependência, particularmente evidente no pensamento de Frank e Marini.” (CHILCOTE, 2012, p. 104)

“O desenvolvimento desigual do capitalismo é o desenvolvimento do subdesenvolvimento.” (VASCONCELLOS, 2014, p.16)

A semelhança entre as formulações, é importante frisar, não significa que os autores da teoria marxista da dependência tenham sido diretamente influenciados por Trotsky, mas quer dizer que:

“O desenvolvimento desigual e combinado é uma verdade objetiva que transparece em todo estudo sério sobre o movimento do mundo. A redescoberta, de fato, não é do pensamento trotskista, mas do próprio método dialético aplicado ao estudo e transformação da sociedade. É um retorno à filosofia da práxis de Marx, para ajustar as ações em direção ao objetivo dos comunistas.” (GUIMARÃES e LOPES, 2016, p. 405)

Contudo, a teoria da dependência não pode ser considerada uma escola de pensamento homogênea. Nela se encontravam autores com pensamentos que em muitos aspectos eram, até, contraditórios. Fica claro esse contraste quando comparamos a noção de dependência associada, de Falleto e FHC, que reconhecem nossa condição de dependência mas colocam que podemos superar o atraso ao nos associarmos com o capital internacional (portanto pode-se dizer, ao contrário do que comumente se escuta, que não há contradição entre a produção teórica de FHC e sua política liberal e privatizante, aliás, a multinacional estaria aí para nos desenvolver, e não para remeter lucro para fora); e a noção de “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, tendo como seus formuladores mais notáveis André Gunder Frank e Ruy Mauro Marini. Esses sim autores da teoria marxista da dependência. Ao contrário de Falleto e FHC, que usaram uma terminologia marxista, mas faziam uma análise de tipo ideal weberiana.

Marini e Frank analisaram as consequências da dependência e os mecanismos através dos quais essa condição se reproduz e se aprofunda com o passar do tempo. Entenderam que as relações capitalistas em escala mundial determinam o nosso atraso e a nossa miséria. Nossa burguesia é débil e se encontra associada ao imperialismo. Dessa forma, a única forma de romper com o subdesenvolvimento é romper com as relações de produção capitalistas. Assim, não se opuseram somente às tese etapista, mas a linha política que daí decorre de alianças com uma pretensa burguesia nacional.

Fica claro, portanto, que Frank e Marini analisaram a dependência de forma radical e consequente.

Falleto e FHC, a quem Glauber Rocha apelidou de “o Prynripe”, ficaram com a fama e o dinheiro: receberam grana da Fundação Ford e da Fundação Rockefeller para fundar o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento para esterilizar a teoria da dependência de seu conteúdo revolucionário. “Gancho do Pentágono”, assim o Cebrap é caracterizado por Glauber. Tinham seus textos tranquilamente publicados no Brasil e eram estudados em todas as universidades de ciências sociais do país.

Marini e Frank, ao contrário, tiveram que fugir em decorrência do golpe civil-militar e tiveram seus textos censurados.

[...] se firmou um relativo desconhecimento – e até mesmo deformação – das contribuições inscritas na tradição marxista, dentro da qual estariam as obras de Andre Gunder Frank, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra e, principalmente, Ruy Mauro Marini” (CORREA PRADO, 2011, p. 69)

Pela radicalidade e pelas implicações políticas de seu pensamento, ou seja, a necessidade de uma ruptura revolucionária com a espoliação internacional, foram por muito tempo amplamente ignorados e até sabotados. Como apontam Gilberto Felisberto, Nildo Ouriques e Fernando Correa Prado:

“Nas ciências sociais, Gunder frank tinha que ser um autor apagado (e deformada a recepção de sua ideias) pelo seguinte motivo: por ter revelado (com base na análise da metrópole internacional) que o colonialismo interno exercido por São Paulo não era dotado de autonomia intelectual e originalidade criativa.” (VASCONCELLOS, 2014, p. 19)

“A verdade é que a recuperação do proscrito Marini seria inaceitável para as ‘vacas sagradas’ do Cebrap, especialmente FHC e José Serra, que sempre despenderam grande esforço para bloquear a divulgação no país das contribuições hereges do marxismo de Ruy Mauro” (OURIQUES, 2015, p. 45)

“A crítica que Cardoso vinha formulando, com especial atenção a Marini, chegou a seu ápice na publicação de ‘As desventuras da dialética da dependência’, texto escrito por Cardoso em conjunto com José Serra. De acordo com informação dos autores, ‘As desventuras...’ fora escrito em janeiro de 1978 enquanto eram visitantes do ‘Institute of Advanced Study’ em Princeton. Sua primeira publicação se deu naquele mesmo ano em espanhol na Revista Mexicana de Sociologia, volume 40, número extraordinário. Este número incluía também a resposta de Marini, intitulada ‘Las razones del neodesarrollismo (respuesta a F.H. Cardoso y J. Serra)’. No Brasil, o artigo de Cardoso e Serra foi publicado na revista Estudos do CEBRAP, em seu número 23, de 1979, porém sem a resposta de Marini, intitulada ‘Las razones del neodesarrollismo (respuesta a F.H. Cardoso y J. Serra)’.” (CORREA PRADO, 2011, pp. 73-74)

“Ruy Mauro Marini deixou claro que foi chumpinzado por FHC e Serra com uma abordagem antimarxista e de direita, a fim de ocultar a superexploração do trabalho e o domínio imperialista na América Latina.” (VASCONCELLOS, 2014, p. 123)

Contudo essa campanha de sabotagem e isolamento teve sucesso apenas parcial. Em momentos de aprofundamento de nosso subdesenvolvimento fica clara a vitalidade da teoria marxista da dependência para dar conta de explicar o nosso atraso. Autores como Marini e Gunder Frank são cada vez mais discutidos nos meios acadêmicos e conhecidos pela juventude dos partidos socialistas.

São pensadores fundamentais para a construção de uma práxis política consequente, que compreenda a América Latina na totalidade na qual ela se encontra. Sendo assim, este trabalho tem como objetivo analisar a formação e a reprodução do subdesenvolvimento latino-americano, com base em Ruy Mauro Marini e Andre Gunder Frank, com o intuito de romper com o bloqueio que se estabeleceu a estes nas ciências sociais.

Frank e Marini Viajam e Teorizam a América Latina

Andre Gunder Frank nasceu na Alemanha e quando garoto se viu obrigado a deixar sua terra natal em decorrência da perseguição aos judeus pelos nazistas. Imigra para os Estados Unidos e lá faz seu doutorado em economia sobre agricultura soviética orientado por, ironicamente, Milton Friedman. É tido como um dos maiores contribuidores para a formulação da teoria da dependência e de acordo com Gilberto Felisberto Vasconcellos:

“O que o singulariza é ter sido o primeiro autor marxista [...] que viu pela ótica da latitude subdesenvolvida o sistema capitalista como um todo.” (VASCONCELLOS, 2014, p. 11)

Ruy Mauro Marini é mineiro de Barbacena. Se formou no Rio, onde começa a militar na organização revolucionária Política Operária. Teve camaradas notórios na Polop, como Vânia Bambirra, Michael Lowy, Theotônio dos Santos e muitos outros, que em muito contribuíram para o avanço da luta operária e para a compreensão sobre o nosso subdesenvolvimento. Marini também é um dos principais pensadores da teoria marxista da dependência, tendo produzido obras seminais como “Dialética da Dependência” e “Subdesenvolvimento e Revolução”.

Os dois se conheceram em Brasília, em 1962. Foram convidados por Darcy Ribeiro para lecionar na UNB. Ficaram pouco tempo lá.

Logo que eclode o golpe civil-militar de 1964 Gunder Frank sai do país em direção ao México. Marini, em decorrência de sua militância, é preso e torturado. Deixa o país em 65 e se exila também no México, onde se reencontram. Em 68 o economista alemão se estabelece no Chile. Em 70 Allende assume o poder. Logo Ruy Mauro se dirige para o país no intuito de cooperar com a revolução e lecionar no Centro de Estudios Socioeconómicos da Universidade do Chile, importante centro de estudo da dependência. A deposição trágica de Allende, que culmina em anos de terror no Chile, faz com que os dependentistas se separem. Frank volta para a Europa e Marini se estabelecesse novamente no México.

O que importa dessa história é que este encontro rendeu fabulosos frutos teóricos. Em 1967, em seu artigo “Desarrollo del Subdesarrollo”, Gunder Frank inaugura a noção que intitula o texto e rompe com as teses etapistas sobre desenvolvimento capitalista, hegemônicas até então e aceitas por grande parte do movimento comunista internacional.

Ruy Mauro trata a tese sobre o “desenvolvimento do subdesenvolvimento” como “impecável”, uma vez que consegue dar conta de explicar o subdesenvolvimento na totalidade na qual ele se encontra, ou seja, o mercado capitalista global. Frank também evidencia a existência de um processo de espoliação internacional da centralidade em relação à periferia, assim como compreende o nosso atraso de acordo com nossa formação histórica original. Sem essas contribuições, dificilmente Marini teria escrito “Dialética da Dependência”. É importante frisar, entretanto, que Marini avança no estudo sobre os mecanismos que garantem a reprodução dessa condição e faz pequenos retoques aos escritos de Frank.

Esses autores compreenderam o atraso latino-americano não como resultado do isolamento em relação aos países desenvolvidos, mas como resultado da posição submissa que os países dependentes ocupam na divisão internacional do trabalho.

Trataram da formação social da América Latina de forma descolonizada, negando qualquer importação mecânica de teorias e categorias que tratam do desenvolvimento capitalista da centralidade do capital para explicar a realidade dos países dependentes e subdesenvolvidos, que possuem uma formação social e histórica própria.

Refletiram sobre o subdesenvolvimento não por diletantismo intelectual. Mas para que a teoria servisse de guia para uma práxis política consequente e comprometida com a ruptura revolucionária com os mecanismos econômicos que garantem a reprodução da condição de dependência.

Enfim, pensaram o subdesenvolvimento de forma dialética.

O Desenvolvimento do Subdesenvolvimento:

Em seu texto “Desarrollo del Subdesarrollo”, de 1966, Frank começa por constatar que a maioria dos esforços teóricos falham ao não compreender o subdesenvolvimento em sua totalidade e a relação de espoliação que existe entre os países “metropolitanos” e os “satélites coloniais”.

Defende que tendemos a compreender o desenvolvimento latino-americano de acordo com teorias que tratam sobre o desenvolvimento dos países centrais, o que nos leva invariavelmente ao erro teórico e prático. Era o caso do PCB, que estava de acordo com as teses da Terceira Internacional. Tratava o atraso da América Latina como análogo a etapas já ultrapassadas pelos países capitalistas desenvolvidos e defendia que este atraso se devia a “resquícios feudais”.

Frank afirma que pecavam ao tentar explicar o nosso atraso. Segundo o autor o atraso latino-americano não podia se dar por causa de “resquícios feudais”, uma vez que aqui nunca houve feudalismo. De acordo com o economista alemão, a América Latina tem uma formação social e econômica própria. Portanto, não é adequado tratar como semelhante o atraso de nosso continente a etapas de desenvolvimento já superadas pelos países desenvolvidos. Afirma que em nada se parece o passado europeu com o presente dos países subdesenvolvidos.

[...] ni el pasado ni el presente de los países subdesarrollados se parece, bajo ningún concepto importante, al pasado de los países actualmente desarrollados. Los hoy países desarrollados nunca tuvieron subdesarrollo aunque pueden haber estado poco desarrollados.” (FRANK, 1967, p. 160)

O que Gunder Frank quer dizer ao afirmar que os países da centralidade do capital nunca foram subdesenvolvidos, mas pouco desenvolvidos, é que estes países sempre tiveram um desenvolvimento autônomo e auto-gerado. Enquanto os países da periferia tiveram “un desarrollo satélite que no es ni auto-gerado ni auto-perpetuado” (FRANK, 1967, p. 164).

Os países da América Latina se desenvolvem em função do acúmulo de capitais que se dá na centralidade, sempre no sentido de atender à crescente demanda por matérias-primas e alimentos que se estabelece com o surgimento do capitalismo industrial, demanda esta que não poderia ser suprimida pela produção interna dos países desenvolvidos. Enfrentamos, portanto, um desenvolvimento alienado e que não é autônomo.

Gunder Frank, em consequência, defende que a América Latina passa por um “desenvolvimento do subdesenvolvimento”. Trata-se de um desenvolvimento que depende e se dá em função de expansões e retrações na produção dos países ditos metropolitanos, condição esta que tende a se reproduzir: é isto o subdesenvolvimento.

É uma via de desenvolvimento radicalmente diferente da via de desenvolvimento clássica. Por isso não podemos esperar passar pelas mesmas “etapas” que os países desenvolvidos passaram. Ocupamos um espaço diferente na divisão internacional do trabalho e temos de tratar dessa formação histórica e econômica de acordo com suas originalidades.

A América Latina participa do mercado capitalista mundial desde 1500 como um continente exportador de bens primários e importador de mercadorias de maior valor agregado. Temos um mercado interno frágil e nossa produção é em sua maior parte de produtos agrícolas, minerais e mercadorias industrializadas de baixo valor agregado. Essa posição subordinada economicamente tende a se reproduzir, uma vez que os países subdesenvolvidos estão constantemente transferindo valor para fora e porque o mercado interno é inviabilizado pelo grau de exploração do trabalho, temas tratados por Marini.

Fica claro, então, que o desenvolvimento capitalista em escala global leva “al desarrollo de la metrópoli y al subdesarrollo de los satélites” (FRANK, 1967, p. 163). Em outras palavras, o desenvolvido subdesenvolve o subdesenvolvido e o subdesenvolvido desenvolve o desenvolvido, uma vez que os dois pólos estão articulados dentro da mesma totalidade: o mercado capitalista global.

A história da América Latina é, portanto, a história do capitalismo em escala mundial. O continente está desde a época da Conquista articulado com a acumulação de capitais que se dá nos países antes metropolitanos e hoje imperialistas.

“El actual subdesarrollo de América Latina es el resultado de su participación secular en el proceso del desarrollo capitalista mundial.” (FRANK, 1967, p. 163)

“Gunder Frank mostrou a existência colonial e suas metamorfoses desde 1500 até o século XXI. O que parece invariável é a relação satélite e metrópole, tal qual aconteceu com o império português, espanhol, assim como já foi o inglês e, agora, é o norte-americano.” (VASCONCELLOS, 2014, p. 35)

“[...] el subdesarrollo contemporáneo es, en gran parte, el producto histórico de la economía pasada y actual y de otras relaciones entre los satélites subdesarrollados y los actuales países metropolitanos desarrollados.” (FRANK, 1967, p. 160)

Com a exploração das colônias pelas metrópoles foi remetida uma quantidade de valor extraordinária para a Europa e garantiu-se o fluxo de matérias primas e alimentos necessários para a expansão do capitalismo industrial incipiente. Fica claro, portanto, que a América Latina sempre desempenhou um papel no sentido de garantir o desenvolvimento de outrem, às custas de seu próprio desenvolvimento e de seu povo, que é submetido a condições terríveis de exploração do trabalho.

Dessa forma nos encontramos em uma condição de satélite nessa dialética, ou seja, aquele corpo que gira em torno de outro.

Como já citamos, primeiro estivemos submetidos ao colonialismo português e espanhol. Depois estivemos dependentes em relação aos ingleses. E agora estamos submetidos ao imperialismo norte-americano. Portanto nossa produção nunca teve como finalidade a subsistência da população, como no feudalismo, mas a produção de um excedente econômico que era e é exportado a baixos preços, que em muitos casos não chegam nem perto do real valor da dada mercadoria. Por isso Gunder Frank afirma que o latifúndio:

“[...] nació típicamente como empresa comercial que creó sus propias instituciones que le permitieron responder al aumento de la demanda de el mercado nacional y mundial ampliando sus tierras, su capital y su trabajo e incrementando el abastecimiento de sus productos.” (FRANK, 1997, p. 170)

Dessa forma, a relação de produção predominante no período colonial não foi a servidão, como tipicamente se dá no que se entende por feudalismo. A produção de mercadorias para a exportação aqui se fez

com o uso de mão de obra escravizada de forma extensiva e intensiva. Se dava um acúmulo primitivo de mais valor aqui em torno da superexploração do trabalho e uma transferência de valor para os países metropolitanos.

Portanto nosso atraso não pode se dar pelo isolamento para com as relações de produção capitalistas. Pelo contrário. Deve-se a posição submissa que a América Latina sempre ocupou no mercado capitalista global, primeiro como colônia e depois como países dependentes.

Assim sendo não podemos ter a ilusão de que atingiremos o desenvolvimento da mesma forma que os países atualmente desenvolvidos.

A solução para o nosso atraso não pode ser o aprofundamento das relações que o gera: as relações de produção capitalistas; mas tão somente pode ser a ruptura revolucionária com essa lógica internacional desigual, que condena muitos à pobreza e agracia a poucos com a paz social.

Capitalismo “*Sui Generis*” e os Retoques de Marini:

Em seu artigo mais conhecido, “Dialética da Dependência”, de 1973, fica claro que Ruy Mauro Marini entende o subdesenvolvimento e a relação econômica desigual que existe entre os países subdesenvolvidos e os países da centralidade do capital de forma muito semelhante a Andre Gunder Frank.

Como citado anteriormente, Marini tece elogios a formulação do “desenvolvimento do subdesenvolvimento”:

“a conhecida fórmula de André Gunder Frank sobre o ‘desenvolvimento do subdesenvolvimento’ é impecável, como impecáveis são as conclusões políticas a que ela conduz. As críticas que lhe são dirigidas representam muitas vezes um passo atrás nessa formulação, em nome de precisões que se pretendem teóricas, mas que costumam não ir além da semântica.” (MARINI, [1973] 2005, p. 141)

Faz igualmente uma crítica a importações teóricas para explicar a realidade dos países dependentes, que opera no sentido de substituir o “fato concreto pelo conceito abstrato” (MARINI, [1973] 2005, p. 137). Afirma que “o resultado tem sido os estudos marxistas chamados ortodoxos”, orientados pela noção de que o desenvolvimento capitalista se dá por etapas. Marini afirma que de ortodoxos esses estudos não tem nada, uma vez que:

“O rigor conceitual e metodológico: a isso se reduz em última instância a ortodoxia marxista. Qualquer limitação para o processo de investigação que dali se derive já não tem nada relacionado com a ortodoxia, mas apenas com o dogmatismo.” (MARINI, [1973] 2005, p. 139)

Analisa, assim como Gunder Frank, o desenvolvimento do capitalismo latino-americano de forma totalizante e em sua originalidade:

“[...] frente ao parâmetro do modo de produção capitalista puro, a economia latino-americana apresenta peculiaridades, que às vezes se apresentam como insuficiências e outras — nem sempre distinguíveis facilmente das primeiras — como deformações. Não é acidental portanto a recorrência nos estudos sobre a América Latina a noção de ‘pré-capitalismo’. O que deveria ser dito é que, ainda quando se trate realmente de um desenvolvimento insuficiente das relações capitalistas, essa noção se refere a aspectos de uma realidade que, por sua estrutura global e seu funcionamento, não poderá desenvolver-se jamais da mesma forma como se desenvolvem as economias capitalistas chamadas de avançadas. É por isso que, mais do que um pré-capitalismo, o que se tem é um capitalismo *sui generis*, que só adquire sentido se o contemplamos na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto em nível nacional, quanto, e principalmente, em nível internacional.” (MARINI, [1973] 2005, p. 138)

Entretanto, Marini faz um retoque ao texto de Gunder Frank. Afirma que a dependência econômica atual é diferente da condição colonial. A colônia é dominada política e economicamente pela metrópole de forma direta; enquanto que a dependência, situação na qual a América Latina se encontra hoje, é uma subordinação econômica do satélite formalmente independente em relação às nações imperialistas.

Defende que a América Latina está articulada na divisão internacional do trabalho desde a Conquista:

“Forjada no calor da expansão comercial promovida no século 16 pelo capitalismo nascente, a América Latina se desenvolve em estreita consonância com a dinâmica do capitalismo internacional. Colônia produtora de metais preciosos e gêneros exóticos, a América Latina contribuiu em um primeiro momento com o aumento do fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamento que, ao mesmo tempo em que permitiam o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e propiciaram o caminho para a criação da grande indústria.” (MARINI, [1973] 2005, p. 140)

Marini demonstra que a expansão da grande indústria na Europa e a formação do sistema bancário seriam inviáveis sem o fluxo de matérias-primas e metais preciosos para as metrópoles. A produção agropecuária interna dos países hoje desenvolvidos teria sido um gargalo para o desenvolvimento das forças produtivas:

“O forte incremento da classe operária industrial e, em geral, da população urbana ocupada na indústria e nos serviços, que se verifica nos países industriais no século passado, não poderia ter acontecido se estes não contassem com os meios de subsistência de origem agropecuária, proporcionados de forma considerável pelos países latino-americanos. Isso foi o que permitiu aprofundar a divisão do trabalho e especializar os países industriais como produtores mundiais de manufaturas.” (MARINI, [1973] 2005, p. 143)

O mineiro aprofunda a análise sobre as origens e causas da dependência iniciada por Frank e articula novos conceitos na explicação do subdesenvolvimento. São eles: a noção de “troca desigual” e sua implicação no âmbito interno, a “superexploração do trabalho”. Trataremos agora do primeiro tema.

Já foi mencionado o papel que a América Latina teve em suprir a demanda por matérias-primas e alimentos, possibilitando, assim, o desenvolvimento dos antes países metropolitanos e agora países imperialistas.

A partir do momento que a América Latina começa a participar da divisão do trabalho se observa “que a oferta mundial de matérias primas e alimentos aumenta à medida que se acentua a margem entre seus preços de mercado e o valor real da produção” (MARINI, [1973] 2005, p. 153). Isso porque a queda dos preços não foi acompanhada de um aumento da produtividade proporcional. Significa que os bens primários sofreram uma desvalorização artificial nos seus preços no mercado internacional que não correspondia a uma diminuição proporcional no valor necessário para se produzir essas mercadorias nas colônias ou nos países capitalistas dependentes.

O aumento da oferta no mercado internacional de produtos agrícolas latino-americanos e a queda dos preços não se deu, por conseguinte, devido a aprimoramentos técnicos que possibilitassem uma ascensão da produtividade do trabalho. Pelo contrário, se expande a oferta de mercadorias por meio da intensificação da exploração força de trabalho, do uso extensivo da terra e pela exploração de uma população escravizada cada vez maior; que chegava aqui sequestrada da África ou que aqui nascia e era submetida ao mesmo destino dos pais. Assim, não houve nenhum aumento de produtividade aqui que justificasse essa tendência histórica de queda dos preços, o que configura uma transferência clara de valor da periferia para a centralidade.

Observa-se, concomitantemente, que a maioria dos bens que importamos dos países industriais (bens de capital e mercadorias de alto valor agregado) mantiveram seu preço mais ou menos constante, enquanto que nos países onde são produzidos houve um aumento considerável na produtividade, o que deveria implicar em uma redução dos preços internacionais, uma vez que o valor necessário para sua fabricação se torna menor.

O que se observa é que os bens industriais são vendidos internacionalmente a preços que extrapolam o seu real valor e os bens primários são trocados por preços aquém do valor necessário para produzi-los. Nas palavras de Marini:

“Como o preço dos produtos industriais se mantém relativamente estável, e em alguns momentos cai lentamente, a deterioração dos termos de troca está refletindo de fato a depreciação dos bens primários.” (MARINI, [1973] 2005, p. 149)

Afirma que “as nações desfavorecidas devem ceder gratuitamente parte do valor que produzem” (MARINI, [1973] 2005, p. 152). Essa transferência acarreta em uma queda considerável na taxa de lucro da burguesia nacional, que tem parte muito considerável de sua produção orientada para atender a demandas externas. Na tentativa de garantir as suas taxas de lucro, a classe dominante dos países coloniais e dependentes tentam não “tanto corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas (o que implicaria um esforço redobrado para aumentar a capacidade produtiva do trabalho), mas procuram compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador.” (MARINI, [1973] 2005, p.153).

Essa dinâmica de rebaixamento dos preços das mercadorias exportadas pelos países subdesenvolvidos, que o autor chamava de “troca desigual”, foi fundamental para a garantir a produção de taxas de mais-valia relativa cada vez maiores nos países industriais.

O autor explica que “uma maior capacidade produtiva do trabalho não assegura por si só um aumento da mais-valia relativa” (MARINI, [1973] 2005, p. 145). Isso porque pode acontecer de “o valor social da unidade de produto ser reduzido em termos proporcionais ao aumento da produtividade do trabalho” (MARINI, [1973] 2005, p. 145).

Explica que:

“[...] a determinação da taxa de mais-valia não passa pela produtividade do trabalho em si, mas pelo grau de exploração da força de trabalho, ou seja, a relação entre o tempo de trabalho excedente (em que o operário produz mais-valia) e o tempo de trabalho necessário (em que o operário reproduz o valor de sua força de trabalho, isto é, o equivalente a seu salário). Só a alteração dessa proporção, em um sentido favorável ao capitalista, ou seja, mediante o aumento do trabalho excedente sobre o necessário, pode modificar a taxa de mais-valia.” (MARINI, [1973] 2005, p. 146)

Isso quer dizer que um aumento na produtividade só implica em um aumento da mais-valia relativa se este aumento incidir no sentido de diminuir o valor necessário para a reprodução da vida. Ou seja, só há um aumento na mais-valia relativa quando o aumento de produtividade leva a um rebaixamento no valor das mercadorias necessárias para a reprodução do trabalhador, os chamados bens-salário. Marini escreve:

“A mais-valia relativa está ligada indissoluvelmente, portanto, à desvalorização dos bens-salário, para o que contribui, em geral, mas não necessariamente, a produtividade do trabalho.” (MARINI, [1973] 2005, p. 146)

Como explicado anteriormente, a dinâmica da troca desigual e da queda artificial dos preços dos bens primários tem justamente o efeito de reduzir o valor necessário para a reprodução da vida do trabalhador do país metropolitano ou imperialista, ao incidir diretamente nos preços dos alimentos e de outras mercadorias. O efeito da troca desigual “será o de reduzir o valor real da força de trabalho nos países industriais, permitindo assim que o incremento da produtividade se traduza ali em taxas de mais-valia cada vez mais elevadas.” (MARINI, [1973] 2005, p. 147), uma vez que o burguês dos países centrais se vê possibilitado a aumentar a proporção do capital excedente em relação ao valor do salário mínimo.

Marini afirma que, além de garantir uma queda artificial nos preços dos bens-salário, que resulta em uma ampliação das taxas de mais-valia relativa na centralidade do capital, a troca desigual desempenha um papel fundamental no sentido de amortizar a tendência de queda dos lucros nos países imperialistas. Marini explica:

“o aumento da capacidade produtiva do trabalho acarreta um consumo mais que proporcional de matérias primas. Na medida em que essa maior produtividade é acompanhada efetivamente de uma maior mais-valia relativa, isso significa que cai o valor do capital variável em relação ao do capital constante (que inclui as matérias primas), ou seja, que aumenta a composição-valor do capital. Assim sendo, o que é apropriado pelo capitalista não é diretamente a mais-valia produzida, mas a parte desta que lhe corresponde sob a forma de lucro. Como a taxa de lucro não pode ser fixada apenas em relação ao capital variável, mas sobre o total do capital adiantado no processo de produção, isto é,

salários, instalações, maquinário, matérias primas etc, o resultado do aumento da mais-valia tende a ser — sempre que implique, ainda que seja em termos relativos, uma elevação simultânea do valor do capital constante empregado para produzi-la — uma queda da taxa de lucro.” (MARINI, [1973] 2005, p. 147)

[...] a América Latina não só alimenta a expansão quantitativa da produção capitalista nos países industriais, mas também contribui para que sejam superados os obstáculos que o caráter contraditório da acumulação de capital cria para essa expansão. (MARINI, [1973] 2005, p. 148)

Assim sendo, o aumento da mais-valia relativa tende a levar a um aumento do valor do capital constante e uma queda no valor do capital variável a ser explorado, o que faz com que a taxa de lucro tenda a cair com o decorrer do tempo. A troca desigual, atuando no sentido de rebaixar artificialmente o preço de boa parte das mercadorias que compõe o capital constante, atua, portanto, no sentido de reduzir a tendência de queda de lucros na centralidade do capital, garantindo a sua vitalidade.

Essa demonstração de Marini em torno das trocas desiguais, que garantem o aumento da mais-valia relativa e amortiza a tendência de queda das taxas de lucro nos países imperialistas, comprova de forma clara que experimentamos um “desenvolvimento do subdesenvolvimento”. Em decorrência dessa transferência a América Latina é condenada a um desenvolvimento débil, que deixa claro que “a consequência da dependência não pode ser [...] nada mais do que maior dependência” (MARINI, [1973] 2005, p. 141).

Afirma que para que os países imperialistas garantam a sua posição privilegiada na divisão internacional do trabalho após a passagem qualitativa da América Latina de região colonial para região dependente:

[...] o uso da violência política e militar para explorar as nações débeis se torna supérfluo, e a exploração internacional pode descansar progressivamente na reprodução de relações econômicas que perpetuam e amplificam o atraso e a debilidade dessas nações.” (MARINI, [1973] 2005, p. 150)

Importante frisar que esse desenvolvimento satélite e a lógica perversa das trocas desiguais acarreta em consequências nefastas para os povos da América Latina, que padecem de um desenvolvimento lento e insuficiente e que se encontram submetidos a superexploração do trabalho. Dessa forma, as mazelas que acometem o nosso povo só podem ser superadas com a ruptura da condição de dependência, o que implica, necessariamente, na “supressão das relações de produção nela envolvida” (MARINI, [1973] 2005, p. 141).

A Superexploração do Trabalho e a Industrialização Dependente

Trataremos agora das consequências internas de nossa posição dependente internacionalmente.

Fica claro que a América Latina passa por um desenvolvimento alienado, que se dá em função do desenvolvimento dos países capitalistas centrais e atua por meio da troca desigual no sentido de resolver as contradições da acumulação que se dá por lá. Essa dinâmica do mercado capitalista global representa um impedimento para que os países dependentes superem seu subdesenvolvimento. Se observa desde 1500 uma transferência de valor daqui para os países coloniais e, posteriormente, imperialistas; o que acarreta em uma queda nas taxas de lucros da burguesia dos países periféricos.

“Vimos que o problema colocado pela troca desigual para a América Latina não é precisamente o de se contrapor à transferência de valor que implica, mas compensar a perda de mais-valia, e que, incapaz de impedi-la no nível das relações de mercado, a reação da economia dependente é compensá-la no plano da produção interna. O aumento da intensidade do trabalho aparece, nessa perspectiva, como um aumento da mais-valia, obtido através de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento de sua capacidade produtiva. O mesmo se poderia dizer da prolongação da jornada de trabalho, isto é, do aumento da mais-valia absoluta na sua forma clássica; diferentemente do primeiro, trata-se aqui de aumentar simplesmente o tempo de trabalho excedente, que é aquele em que o operário continua produzindo depois de criar um valor equivalente ao dos meios de subsistência para seu próprio

consumo. Deve-se assinalar, finalmente, um terceiro procedimento, que consiste em reduzir o consumo do operário mais além do seu limite normal” (MARINI, [1973] 2005, p. 154)

Portanto, para incrementar as suas taxas de mais-valia, a “lumpemburguesia” dos países subdesenvolvidos recorre a uma maior exploração da força de trabalho, que não é acompanhada de aprimoramentos técnicos que justifiquem o aumento da mais-valia relativa. Aqui a burguesia recorre a uma intensificação do trabalho para além de seus limites normais, ao aumento clássico da mais-valia absoluta (ou seja, o incremento da jornada de trabalho) e ao rebaixamento indiscriminado dos salários para aquém do valor mínimo necessário para o trabalhador reproduzir a si e sua família.

Quando se observa que esses três mecanismos são os principais utilizados para se atingir uma ampliação na taxa de mais-valia, dizemos que há uma condição de superexploração do trabalho. E é através dela que a burguesia dos países dependentes compensa a transferência de valor para os países imperialistas. O subdesenvolvimento, dessa forma, tem como consequência a superexploração do trabalho, que, como trataremos adiante, aprofunda ainda mais essa condição.

A superexploração “significa sofrimento, fome, miséria, violência e injustiça” (VASCONCELLOS, 2014, p. 33). Leva o trabalhador e o escravo ao desgaste e a morte prematura. Por isso, essa modalidade de exploração só se faz possível quando existe a possibilidade de repor facilmente a mão de obra perdida.

No período colonial, a superexploração do escravo só podia se dar na medida em que era possível “repor com facilidade a mão de obra desgastada” (MARINI, [1973] 2005, p. 159). Assim, com a proibição do tráfico internacional de escravos, essa superexploração de mão-de-obra escravizada se torna inviável.

Além disso, Marini diz que “o regime de trabalho escravo constitui um obstáculo ao rebaixamento indiscriminado da remuneração do trabalhador”, uma vez que quando um escravo morre ou se torna inválido o escravista perdia parte de seu capital constante; enquanto que quando um trabalhador assalariado se torna inapto ao trabalho existe uma massa de desempregados para substituí-lo.

É nesse contexto que se dá a transição do trabalho escravo para o assalariado na América Latina. É importante dizer que, com o fim do regime de escravidão, os negros, que em tese tinham se libertado, se encontraram novamente em uma situação de marginalidade extrema. Se trouxe pra cá um fluxo sem fim de imigrantes para substituir a mão de obra escravizada, que em grande parte não foi incorporada ao regime assalariado. Enfrentaram o desemprego, a pobreza extrema e dentro da divisão social do trabalho foram condenados a ocupar os empregos mais degradantes.

Assim, fica claro que a participação da América Latina no mercado capitalista mundial está marcada por:

“[...] uma profunda contradição: chamada para contribuir com a acumulação de capital com base na capacidade produtiva do trabalho, nos países centrais, a América Latina teve de fazê-lo mediante uma acumulação baseada na superexploração do trabalhador. E nessa contradição que se radica a essência da dependência latino-americana.” (MARINI, [1973] 2005, p. 162)

Marini coloca que o desenvolvimento industrial latino-americano começa no século XIX e se intensifica durante período de crise econômica e geopolítica que se dá do começo do século XX até o fim da Segunda Guerra Mundial. Tal industrialização teve como causa a impossibilidade conjuntural de recorrer ao mercado internacional para atender a demanda interna por produtos industrializados. Começando, assim, um esforço para a substituição de importações. Foi um período que pudemos experimentar um desenvolvimento um pouco mais autônomo e auto-orientado. Contudo, com a recuperação dos países imperialistas, nosso caráter de dependência se confirma novamente e nossa produção industrial passa a servir para atender a demanda internacional por produtos industrializados de baixo valor agregado.

A partir da década de 50 se impulsiona a industrialização para boa parte da América Latina. Com a recuperação econômica dos países destruídos pela guerra e a consolidação dos Estados Unidos como grande hegemonia global, o fluxo de capitais se torna mais intenso e os ciclos de investimento se tornam mais rápidos. Assim, se constitui uma abundância de bens de capital ultrapassados na centralidade que podem ser exportados para os países de capitalismo dependente antes de serem completamente amortizados. “A industrialização latino-americana corresponde assim a uma nova divisão internacional do trabalho, em cujo marco são transferidas para os países dependentes etapas inferiores da produção industrial” (MARINI, [1973] 2005, p. 174)

Como já explicamos, a economia exportadora latino-americana está voltada para fora e, portanto, “a produção latino-americana não depende da capacidade interna de consumo para sua realização” (MARINI, [1973] 2005, p. 163). Observa-se que a superexploração do trabalho impede que o capital se realize por meio do consumo interno e volte para o capitalista para iniciar um novo ciclo de investimento. Os salários são rebaixados para além do mínimo necessário para que o trabalhador se reproduza, o que implica em um desenvolvimento lento dos setores que produzem os bens industrializados que compõem parte dos bens-salário e restringe o consumo dos bens supérfluos, que são em maior parte importados, às elites e às classes médias.

“Como a circulação se separa da produção e se efetua basicamente no âmbito do mercado externo, o consumo individual do trabalhador não interfere na realização do produto, ainda que determine a taxa de mais-valia. Em consequência, a tendência natural do sistema será a de explorar ao máximo a força de trabalho do operário, sem se preocupar em criar as condições para que este a reponha, sempre e quando seja possível substituí-lo pela incorporação de novos braços ao processo produtivo.” (MARINI, [1973] 2005, p. 164)

Portanto, quando “a América Latina ingressar na etapa da industrialização, deverá fazê-lo a partir das bases criadas pela economia de exportação” (Marini, [1973] 2005, p. 165), ou seja, a superexploração do trabalho.

“[...] em países como Argentina, México, Brasil e outros, não chegou nunca a conformar uma verdadeira economia industrial, que, definindo o caráter e o sentido da acumulação de capital, acarretasse em uma mudança qualitativa no desenvolvimento econômico desses países. Ao contrário, a indústria continuou sendo ali uma atividade subordinada à produção e exportação de bens primários, que constituíam, estes sim, o centro vital do processo de acumulação.” (MARINI, [1973] 2005, p. 166)

Portanto, ao contrário do que se dá na centralidade do capital, o desenvolvimento do capitalismo latino-americano não cria a sua própria demanda por mercadorias e se desenvolve para atender a demanda internacional de produtos de baixo valor agregado. Dessa forma, nossa industrialização incidiu de forma muito sutil no preço dos produtos que compõem os bens-salário internamente, o que não levou a um aumento das taxas de mais-valia da classe dominante, uma vez que o aumento da massa de mercadorias produzidas é proporcional a diminuição do valor unitário. Por isso, aqui o aumento da produtividade não implicou em maiores taxas de lucro, o que faz com que mesmo dentro de um marco industrial a burguesia recorra à superexploração do trabalho.

Por isso Marini dizia na década de 70 que “assiste-se em toda a América latina à ressurreição do modelo da velha economia exportadora” (MARINI, [1973] 2005, p. 179), o que se estende até os dias de hoje.

Constelações de Satélites e o Colonialismo Interno

Assim como Marini, Gunder Frank aponta que passamos por uma “industrialização satélite” orientada para fora e analisa as implicações do desenvolvimento do subdesenvolvimento na organização interna do país periférico.

Afirma que nossa industrialização é fruto de penetração da lógica satélite-metrópole dentro do tecido social do próprio país subdesenvolvido: as regiões mais atrasadas do país dependente se tornam satélites das regiões mais desenvolvidas, que se tornam metrópoles coloniais e, depois, nacionais. Em decorrência disso, as metrópoles nacionais podem experimentar um desenvolvimento industrial relativo.

É a dialética “Matias Barbosa - Juiz de Fora - Belo Horizonte - São Paulo - Nova Iorque”: a economia da primeira em função e em detrimento da segunda, e assim segue.

A lógica metrópole-satélite, dessa forma, se mostra como uma realidade local, regional, nacional e, finalmente, internacional:

“Y aí, esas relaciones metrópoli-satélites no están limitadas por el nivel imperial o internacional sino penetran y estructuran la propia vida económica, política y social de los países y las colonias

latinoamericanas. Así como la capital nacional y colonial con su sector de exportación se convierte en satélite de la metrópoli ibérica, y más tarde de otras, del sistema económico mundial, este satélite inmediatamente se convierte en una metrópoli colonial y después nacional en relación con los sectores de producción y la población del interior. Aún más, las capitales provinciales que a su vez son ellas mismas satélites de la metrópoli nacional - y a través de ésta, de la metrópoli extranjera - son al mismo tiempo centros provinciales alrededor de los cuales giran en órbita sus propios satélites. En esta forma, toda una cadena de constelaciones de metrópolis y satélites relaciona todas las partes del sistema total de su centro en Europa o los Estados Unidos a los puntos más lejanos de los países latinoamericanos” (FRANK, 1967, p. 162)

“[...]cada metrópoli nacional o local sirve para imponer y mantener la estructura monopolística y las relaciones de explotación de este sistema, [...] mientras sirva los intereses de las metrópolis que se aprovechan de esta estructura global, nacional y local ” (FRANK, 1967, p. 162)

Em outras palavras, defende que o desenvolvimento industrial da metrópole nacional é fruto do atraso das regiões mais pobres do país. Usaremos o caso de São Paulo como exemplo.

“El desarrollo de la industria en Sao Paolo no ha producido grandes riquezas para las otras regiones de Brasil. Al contrario, las ha convertido en satélites coloniales internos, las ha descapitalizado aún más y consolidado y hasta profundizado más su subdesarrollo.” (FRANK, 1967, p. 164)

Defende que a industrialização latino-americana se intensifica nos momentos de debilidade das relações econômicas com os países imperialista, principalmente na primeira metade do século XX. Nessa conjuntura específica pudemos experimentar um relativo desenvolvimento industrial autônomo. Contudo, “cuando la metrópoli se recuperaba de sus crisis y restablecía los lazos de comercio e inversión que incorporaran totalmente a los satélites al sistema” (FRANK, 1967, p. 167).

Fica claro, portanto, que a metrópole nacional, à custa das outras regiões, experimenta um desenvolvimento industrial apenas parcial, uma vez que se constitui uma indústria atrasada em relação à indústria dos países imperialistas, que tem sua produção orientada para atender a demandas externas e não consegue criar um mercado interno.

“[...] en contraste com el desarrollo de la metrópoli extranjera que no es satélite de nadie, el desarrollo de las metrópolis subordinadas y nacionales está limitada por su estatuto de satélite” (FRANK, 1967, p. 165)

Dessa forma, o atraso das regiões mais pobres da América Latina está intimamente relacionado com o desenvolvimento capitalista em escala mundial e suas implicações no interior das nações satelitizadas. O desenvolvimento industrial “sigue siendo un desarrollo satélite ampliamente dependiente de la metrópoli exterior, primero de Gran Bretaña y después de los Estados Unidos” (FRANK, 1967, p. 166)

Nesse sentido Frank rompe com as interpretações da América Latina como um continente “dual”, que tratava os pólos mais desenvolvidos do continente como sendo aqueles articulados com o mercado capitalista mundial e os pólos mais atrasados, não. Não enxergavam as relações causais que existiam entre as regiões pobres e ricas. Ignoravam que os cantos mais remotos e atrasados do mundo foram articulados a divisão internacional do trabalho no processo de expansão do mercado capitalista global.

Pecavam ao não perceber a totalidade. “Sua crítica desmontou o dualismo, segundo o qual a sociedade brasileira estava dividida em um polo moderno e um polo arcaico” (VASCONCELLOS, 2014, p. 117).

Pátria Grande Socialista ou Subdesenvolvimento

A América Latina é um continente tropical, rico em terra agricultável e água, porém aqui há uma massa de famintos. Aqui é um dos lugares onde mais se trabalhou e, contudo, é um dos lugares onde mais se observa pobreza. Temos petróleo e temos um potencial bioenergético maior do que o de qualquer outro continente e, mesmo assim, somos dependentes energeticamente.

As reflexões de Gunder Frank e Ruy Mauro Marini mostram de forma muito clara que essas contradições se devem a nosso caráter de país capitalista dependente, ou seja, aquele país que desenvolve o desenvolvido e é subdesenvolvido por este.

Não há possibilidade de rompermos com a lógica perversa das trocas desiguais e de nosso “desarrollo satélite” sem romper com as relações que os engendram.

A burguesia latino-americana é débil e se encontra associada ao imperialismo. Aceita a lógica das trocas desiguais e submete seus trabalhadores a condições desumanas de exploração do trabalho em compensação. É uma burguesia anti-nacional e sem nenhum compromisso com os povos de seus países.

Por isso, as classes não proprietárias são as únicas que podem romper com nossa dependência e promover o bem-estar dos povos latino-americanos, o pleno desenvolvimento e a superação da superexploração da força de trabalho. Essas tarefas, portanto, só podem se realizar no socialismo.

A América Latina se encontra balcanizada e nenhum país pode se desenvolver em sua plenitude sem aliados comerciais. Portanto, a ruptura com o imperialismo dos países centrais, implica necessariamente na integração latino-americana. A Pátria Grande socialista se faz, portanto, como uma necessidade histórica para a consolidação de uma América Latina soberana e livre de pobreza;

“Utilizar essa linha de análise para estudar as formações sociais concretas da América Latina, orientar esse estudo no sentido de definir as determinações que se encontram na base da luta de classes que ali se desenvolve e abrir assim perspectivas mais claras para as forças sociais empenhadas em destruir essa formação monstruosa que é o capitalismo dependente: este é o desafio teórico que se coloca hoje em dia para os marxistas latino-americanos. A resposta que lhe dermos influirá sem dúvida de maneira não desprezível no resultado a que chegarão finalmente os processos políticos que estamos vivendo.” (MARINI, [1973] 2005, p. 180)

REFERÊNCIAS

CHILCOTE, Ronald H. (2012). Trotsky e a teoria latino-americana do desenvolvimento. Revista Crítica Marxista, São Paulo, nº 34, pp. 86-110, 2012.

CORREA PRADO, Fernando. História de um não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil. Comunicação & Política. v. 22, p. 68-94, 2011.

FRANK, Andre Gunder ([1966] 1967). El desarrollo del subdesarrollo. Revista Pensamiento Crítico, Havana, nº 7, pp.159-172, 1967.

GUIMARÃES, Mário Costa de Paiva e Tiago Camarinha Lopes (2016). O desenvolvimento desigual e combinado: paralelos entre as obras “História da Revolução Russa” de Trotsky e “Dialética da Dependência” de Ruy Mauro Marini. REBELA v. 6, n. 2, 396-410, 2016.

MARINI, Ruy Mauro ([1973] 2005). Dialética da dependência. In: Traspadini, Roberta e Stedile, João. (Org.). Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo, Expressão Popular, pp. 137-180, 2005.

OURIQUES, Nildo (2015). O colapso do figurino francês - crítica às ciências sociais no Brasil. Insular, 3 ed., 2015

TROTSKY, Leon. Prefácio de junho de 1905 à edição russa dos discursos de Ferdinand Lassale.

TROTSKY, Leon (1930). História da Revolução Russa, v. 1. Brasília: Editora do centenário, 2017.

VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto (2014). Gunder frank - o enguiço das ciências sociais . Florianópolis: Insular, 2014.